

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.151 - SP (2019/0167758-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECLAMANTE : VANDA REGINA GIANCOLI
RECLAMANTE : VERA CRISTINA GOLIK
RECLAMANTE : YUKI HIROTA
RECLAMANTE : NORIKO HIROTA IMAI
RECLAMANTE : SILVANA DO CARMO NUNES
RECLAMANTE : MANOEL FERREIRA SOBRINHO
ADVOGADO : RODRIGO DE MORAIS SOARES - PR034146
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA

EMENTA

CONSTITUCIONAL. RECLAMAÇÃO. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. HIPÓTESES DE CABIMENTO. AUSÊNCIA. PEDIDO IMPROCEDENTE.

DECISÃO

VANDA REGINA GIANCOLI e outros (VANDA e outros) ajuizaram esta reclamação sustentando, em síntese, o descumprimento pela Corte estadual da autoridade da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.134.186/RS, ocorrido sob o rito dos recursos repetitivos.

A liminar postulada foi indeferida (e-STJ, fls. 86/88).

Às fls. e-STJ 100/117, foram prestadas informações.

Ouvido, o Ministério Público Federal se manifestou pela extinção do feito sem julgamento do mérito (e-STJ, fls. 119/122).

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO.

De acordo com o art. 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá reclamação da parte interessada.

Com a entrada em vigor do NCPC, o art. 988 reproduziu nos incisos I e II o dispositivo regimental.

Acresceu, ainda, a garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

Sucedê que do exame dos autos não se constata a existência de decisão desta Corte proferida em benefício de VANDA e outros cuja autoridade esteja sendo

Superior Tribunal de Justiça

desrespeitada, de modo a autorizar o processamento da presente reclamação a fim de garanti-la.

Relativamente à usurpação da competência, o Tribunal reclamado agiu nos exatos limites de sua jurisdição sem nenhuma invasão à área de atuação desta Corte.

A reclamação sustentou, em síntese, que ao caso se aplica o entendimento adotado no recurso especial nº 1.134.186/RS, julgado sob o rito dos repetitivos.

Assim, de um lado inexistiu decisão proferida por esta Corte em processo no qual VANDA e outros figuraram como parte interessada que esteja sendo descumprida, de outro, não se invadiu a competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça.

Conforme asseverado na inicial, os reclamantes alegaram, em suma, o descumprimento pela Corte estadual da autoridade da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.134.186/RS, no rito dos recursos repetitivos.

Sucedendo, todavia, que aqui nesta Corte Superior já se decidiu que a reclamação *não se presta para compelir os Tribunais de Apelação a aplicarem, na apreciação de questões semelhantes, eventual tese firmada por esta Corte - mesmo que em recurso repetitivo* - (AgInt na Rcl 28.688, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 29/8/2016).

Além disso, disposto no art. 988, IV, do NCPC não prevê a possibilidade de ajuizamento de reclamação para fazer prevalecer ou afastar a tese fixada em julgamento de recursos repetitivos.

Veja-se, a propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO PREVISTA NO ART. 988 DO CPC/2015. CABIMENTO. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.

1. De acordo com o art. 988, IV, do CPC/2015, cabe reclamação para garantir a observância de decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e em assunção de competência (IAC).

2. É incabível a reclamação do art. 988, IV, do CPC/2015 visando à aplicação, pelos Tribunais de segunda instância, de julgado repetitivo do STJ, exceto se a decisão proferida for inobservada na origem e disser respeito às mesmas partes que compõem a reclamação.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt na Rcl 31.565, Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 16/3/2017).

Ademais, consoante o Ministério Público Federal, (1) nas informações, o Tribunal de Justiça de São Paulo noticiou que o ato impugnado transitou em julgado aos 5/6/2019, tendo a reclamação constitucional sido ajuizada aps 10/6/2019; e (2) proposto este feito após o ato impugnado tornar-se imutável, deve-se extinguir a reclamação sem análise de mérito, à luz do que dispõe a Súmula 734/STF, segundo a qual, não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato que se alega tenha desrespeitado a decisão objeto da reclamação.

Assim, por mais de um motivo não procede a reclamação formulada.

Nessas condições, com base no art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado na presente reclamação.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR